



GRANDE MOBILIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DERRUBA MP DA SEDE E DA CONTA ALTA



A MP 844, da Sede e da Conta Alta, que privatizava os serviços de água e esgoto, foi derrotada na Câmara dos Deputados e perdeu a validade. Para o presidente do Sindicato, José Maria dos Santos, que participou da mobilização no Congresso Nacional, a derrubada da Medida Provisória editada pelo governo Temer representa uma importante vitória da união, resistência e luta dos trabalhadores e da sociedade civil contra os retrocessos impostos no país, a entrega de setores estratégicos à iniciativa privada, impedindo a universalização dos serviços de saneamento.



Página 5

Eleição Libertas

OS TRABALHADORES ELEGERÃO SEUS REPRESENTANTES NA FUNDAÇÃO LIBERTAS

Os trabalhadores participantes da Fundação Libertas alcançam uma nova conquista para a plena transparência e democratização da gestão do instrumento que garante nossa complementação previdenciária.

Com a luta vitoriosa do SINDÁGUA no Acordo Coletivo de Trabalho, poderemos eleger nosso um diretor na Libertas, além dos representantes nos conselhos deliberativo e fiscal.

A eleição acontecerá em dezembro e nada melhor que nós mesmos cuidarmos do grande investimento que fizemos na instituição ao longo de nossa vida no trabalho. Confira. **Página 2**



AECO

✓ Proposta de mudança não é aceita e eleição de diretor é adiada para o início do próximo ano. **Página 3**

ESCALA DE PLANTÃO

✓ Proposta de negociação com o Ministério Público foi reprovada. **Página 4**

COPANOR

✓ Trabalhador tem proposta de PCCS pronta, mas já começa nova campanha salarial. **Página 4**

NOVEMBRO MÊS DA CONSCIÊNCIA NEGRA

Basta de Racismo no trabalho e na vida

Página 06

PARTICIPANTES CONQUISTAM O DIREITO DE ELEGER DIRETOR DA LIBERTAS

Nas discussões do último Acordo Coletivo com a Copasa, os trabalhadores alcançaram a grande conquista do compromisso da direção da empresa em discutir com o Governo do Estado e a Fundação Libertas para que fosse realizada uma mudança estatutária que permitisse a eleição de um diretor administrativo dos participantes na instituição de previdência complementar.



A Fundação Libertas é o maior patrimônio constituído pelos trabalhadores, para garantir a aposentadoria complementar e assegurar aos participantes a certeza de não ter seu padrão de vida e de saúde prejudicado financeiramente após a grande jornada de nossa vida no trabalho. É necessário que tenhamos um diretor representativo

dos participantes, para acompanhar o trabalho global da diretoria da Fundação e zelar por este patrimônio constituído por contribuições ao longo da vida ativa no trabalho. Tivemos a força de conquistar este direito junto à Copasa, que é a maior patrocinadora da Libertas e onde a Fundação tem a sua maior receita por milhares

de trabalhadores participantes, que aderiram em quase 100% do quadro efetivo da empresa ao plano previdenciário. Pelo tamanho da representação dos trabalhadores da Copasa é de extrema importância que tenhamos a força para eleger um representante nosso na direção da Libertas.

FUNDAÇÃO ABRE PROCESSO ELEITORAL

A Libertas já publicou edital no último dia 8 de novembro, convocando o processo eleitoral. Infelizmente, mais uma vez, os prazos do processo eleitoral acontecem de forma muito apertada, para que possamos fazer uma orientação massiva sobre as responsabilidades destas representa-

ções e possamos acompanhar campanhas mais organizadas de participantes que venham se candidatar aos cargos como nossos representantes. As inscrições para membros dos conselhos e diretoria administrativa foram encerradas no último dia 19 de novembro e a eleição acontecerá de 14 a 20 de dezembro.

VOTAR EM CANDIDATO REPRESENTATIVO

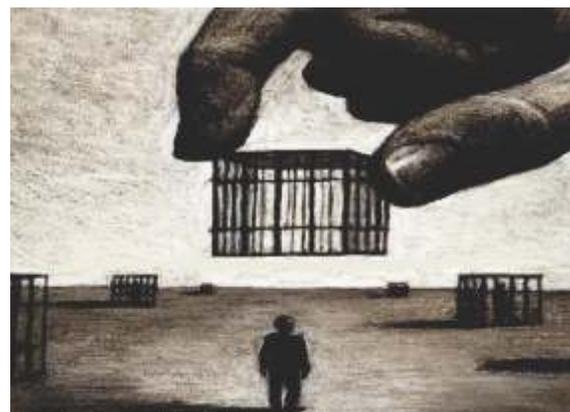
Na última eleição para os conselhos, devido ao prazo curto para expedição de material eleitoral e votação, tivemos apurados apenas 18% dos votos. Teremos, infelizmente, mais um processo eleitoral em prazo apertado.

Queremos alertar todos os participantes da Libertas para a importância de escolherem um candidato representativo, principalmente diante das severas ameaças em função das mudanças de orientação de novos governos. Existem muitas especulações sobre propostas preocupantes para os fundos previdenciários, defendidas nas esferas federais de governo, que

precisam ser não apenas combatidas, mas também orientadas sobre os patrimônios construídos pelas instituições de previdência privada complementar, impedindo que tenhamos indicações políticas que ameacem a segurança dos investimentos de longos anos dos trabalhadores.

É de extrema importância termos representantes idôneos e qualificados dentro da Libertas, para que a instituição continue com o mesmo tom de responsabilidade e acertos com que vem sendo gerida nos últimos anos e impeçamos tragédias como aconteceram no passado, quando foi usada como cabide de empregos para políticos.

Por decisão da Previc, que regulamenta as fundações de seguridade privada nacionalmente, os membros dos conselhos deliberativos e fiscal terão seus mandatos prorrogados até março de 2019, mas a eleição para estes cargos deve acontecer também em 2018. Serão duas votações separadas. Uma para os conselheiros e a outra para o diretor administrativo da Fundação.



LUTA HISTÓRICA PELA REPRESENTAÇÃO

Por vários anos, o SINDÁGUA vem encaminhando junto à Copasa no Acordo Coletivo e à Libertas a luta para que todos os participantes da Fundação possam eleger seu diretor representante junto à instituição, além dos membros dos conselhos Deliberativo e Fiscal.

Esta mesma discussão foi desenvolvida junto à direção da Copasa e ao Governo de Minas, para viabilizarmos mudanças

no Estatuto da Libertas que permitam a maior representação dos participantes na gestão da instituição. As mudanças estatutárias foram

realizadas e submetida a proposta à Superintendência Nacional de Previdência Complementar Previc. Finalmente, os resultados foram muito positivos e alcançamos a grande vitória para que os participantes da Libertas elejam seus representantes.



PROPOSTA DE MUDANÇA MANTÉM LINHAS DO VELHO ESTATUTO



As propostas de mudanças estatutárias na Associação dos Empregados da Copasa (AECO) apresentadas ao SINDÁGUA pela empresa contrariam a grande luta que os trabalhadores e o Sindicato encaminharam nas discussões do último Acordo Coletivo de Trabalho, quando ficou definido um esforço de todos para democratizar e aumentar a representação dos sócios na direção da entidade.

Uma cláusula do ACT atual determina que o Estatuto passe por uma revisão, com a inclusão de proposta de eleição direta de um associado para ocupar uma das diretorias da AECO. Além disso, a revisão do Estatuto deverá ser aprovada em assembleia dos empregados associ-

ados à AECO, com a participação do SINDÁGUA.

Na proposta estatutária encaminhada ao Sindicato, para avaliação, a empresa ficaria qualificada como patrocinadora da AECO, apesar de não ser a fonte mantenedora da associação, hoje sustentada basicamente pelos associados. Tal argumento é utilizado para tentar bancar um novo estatuto que garanta a linha de decisão nas mãos da empresa, nomeando seu diretor administrativo, além do presidente indicado pela

Copasa, com apenas um diretor eleito pelos associados a decisão no processo de gestão ficaria nas mãos da empresa. Outro absurdo, está mantendo um conselho diretor sem alterar para um conselho deliberativo com eleição de representantes de cada regional da Copasa.

Não podemos concordar também com a forma como se pretende fazer a mudança do Estatuto, sem uma participação maciça dos associados, num processo amplo e com prazo para que seja modelado o pleno interesse dos empregados

da Copasa. Não concordamos também com o mandato curto de dois anos, que redundaria em alguma forma de pressão da direção da empresa, caso a gestão da AECO não agradasse à política e orientação patronal. Por fim, não podemos concordar, de forma alguma, que os conselheiros fiscais sejam indicados fora de um processo eleitoral, para que o pleno exercício da fiscalização não seja maculado pelo interesse de quem os indica.

Queremos uma AECO transparente e democrática e solicitamos que o processo de discussão do Estatuto seja estendido, para que não aproveamos mais um regulamento que não permite a participação dos associados na gestão da entidade.



TRABALHADORES REPROVAM A ESCALA DE PLANTÃO NEGOCIADA NO MINISTÉRIO PÚBLICO

Os trabalhadores reprovaram as mudanças negociadas por muitos meses pelo SINDÁGUA e a Copasa, com a mediação do Ministério Público do Trabalho (MPT) para disciplinar jornadas de plantão em distritos operacionais da Região Metropolitana de Belo Horizonte. A reprovação aconteceu em assembleias realizadas nos distritos Sul, Leste, Norte, Barreiro e Venda Nova, na Regional Metropolitana.

No momento das assembleias, identificamos que houve uma interferência que desorientou os trabalhadores quanto às reais informações sobre os termos negociados. Alguém produziu e divulgou pelo WhatsApp uma mensagem (fake news) em que distorceu completamente

os termos negociados, interferindo na compreensão dos trabalhadores. O Sindicato, no entanto, respeita a decisão dos trabalhadores e esclarece quais eram realmente os termos negociados com o Ministério Público do Trabalho

O Sindicato se esforça para que fiquemos resguardados por mais um Acordo Coletivo de Trabalho Extraordinário em que estejam asseguradas as condições permissíveis de jornadas, para que não aconteçam abusos e os direitos dos trabalhadores sejam plenamente respeitados.



As condições negociadas para estabelecer novo acordo foram as seguintes:

- garantir a jornada de segunda-feira a sexta-feira;
- pagamento de horas extras, acabando com a compensação de horas de "um por um";
- respeito à folga obrigatória de 24 horas até o sétimo dia de trabalho;
- garantia de escala de plantão com antecedência, sem alterar jornada de trabalho de segunda a sexta-feira;
- respeito à jornada de contrato de cada trabalhador;
- garantia dos intervalos de 11 horas entre jornadas.

COMO É A JORNADA PROPOSTA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO

Na primeira semana: o trabalhador selecionado para os plantões de finais de semana trabalhará de segunda a sexta-feira e no sábado estará de plantão, sendo remuneradas as suas horas com 50% sobre a hora normal e folga normal no domingo.

Na segunda semana: trabalhará de segunda a sexta-feira, com folga no sábado e domingo.

Na terceira semana: trabalhará de segunda a sexta-feira, com folga no sábado e plantão só no domingo renumerado com 100% sobre as horas normais.

Na quarta semana: trabalhará de segunda a sexta-feira, com plantão no sábado

remunerado com acréscimo de 50% sobre a hora normal e folga no domingo.

A empresa terá que manter as escalas de plantões publicadas e disponibilizadas para conhecimento de todos os trabalhadores.

Serão assegurados os intervalos de 11 horas entre as jornadas, folga obrigatória de 24 horas até o sétimo dia de trabalho, sendo os domingos e feriados remunerados com acréscimo de 100% sobre a hora normal e os sábados de plantões remunerados com 50% sobre a hora normal.

Negociações COPANOR

Comissão aprova e PCCS segue para análise da Diretoria Executiva

Os trabalhadores na Copanor iniciam uma nova campanha salarial, tendo nas mãos o avanço nas discussões do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS). O documento final foi aprovado pela comissão com integrantes da empresa e dos trabalhadores e segue para análise da Diretoria Executiva da Copanor.

Na sexta e última reunião da comissão, realizada no dia 7 de novembro, foi apresentada e aprovada a proposta de tabela salarial com as alterações sugeridas no encontro anterior. A tabela de Agente de Saneamento terá seis faixas e 14 estágios, e cada estágio terá um acréscimo de aproximadamente 2%. Durante a apresentação, o representante da Rhumo, empresa responsável pela elaboração do PCCS, informou que, de acordo com o percentual de aumento por especialidade, o impacto na folha de pagamento será de 5%.

A revisão do Plano de Cargos foi a principal reivindicação dos trabalhadores da Copanor nas negociações da campanha salarial passada, fechada em 18 de maio deste ano, quando foi assinado o atual Acordo Coletivo.

A elaboração do regulamento do PCCS da Copanor demandou vários meses de estudos. A primeira reunião da comissão aconteceu em 26 de junho e este prazo acabou sendo dilatado, inicialmente em 60 dias, e outros 30 dias pela direção da empresa, chegando próximo à data-base da categoria, quando iniciamos negociações do novo acordo coletivo.

PLANO DE SAÚDE

A comissão de trabalho responsável por estudos para a melhoria do Plano de Saúde Copanor também finalizou suas atividades.

Em quatro reuniões, a comissão apreciou a proposta apresentada pela Rodarte, empresa contratada para elaborar a revisão e ampliação do Plano de Saúde, e elaborou um relatório conclusivo sobre todos os estudos para avaliação e deliberação da Diretoria Executiva. Caso seja aprovada, a proposta deverá ser submetida em breve aos trabalhadores da Copanor em assembleias.

Água não é mercadoria

MP da Sede e da Conta Alta é derrotada e perde validade



Trabalhadores do saneamento estiveram presentes na câmara em Brasília

A Medida Provisória 844, a MP da Sede e da Conta Alta, foi derrotada no Congresso Nacional, com a obstrução de sua votação na Câmara dos Deputados, e perdeu a validade no dia 19 de novembro. O objetivo da MP editada pelo governo Temer era desestruturar o setor de saneamento básico para privatizar os serviços de água e esgoto no país.

Foi uma importante vitória da união, resistência e luta dos trabalhadores do setor, dos sindicatos da categoria, entre eles o SINDÁGUA-MG, e de diversas organizações da sociedade civil.

A articulação dos defensores da universalização do saneamento e a obstrução dos deputados dos partidos de oposição (PT, PCdoB, PSOL, PDT e PSB) na Câmara impediram a leitura e a votação da MP antes do feriado de 15 de novembro. Como não haveria mais sessões deliberativas da Casa antes do dia 19, prazo final de validade da MP, ela foi extinta. No entanto, a MP poderá ser reeditada na próxima legislatura.

Durante as tentativas de acordo, o governo insistiu em manter pontos polêmicos no texto da MP, inviabilizando um consenso com a oposição. Um dos pontos mais polêmicos da MP era o Artigo 10-A, que acabava com o subsídio

cruzado, instrumento que permite que parte dos lucros obtidos pelas empresas de saneamento nos grandes municípios (que são superavitários) seja aplicado para garantir os serviços de água e esgoto nos municípios menores.

Com a nefasta MP, os municípios seriam obrigados a fazer um chamamento público aberto às empresas privadas, fragilizando as companhias públicas de saneamento, que têm por objetivo a universalização dos serviços de água e esgoto. Com isso, as operadoras privadas iriam competir somente pelos municípios superavitários, enfraquecendo e sucateando as empresas públicas estaduais ou municipais.

O SINDÁGUA participou ativamente, no Congresso Nacional, da campanha em defesa do saneamento público e universal e contra a privatização dos serviços de água e esgoto. O presidente do Sindicato, José Maria dos Santos, diz que a derrubada da MP 844 representa uma vitória da união, mobilização, resistência e luta dos trabalhadores e da sociedade civil contra os retrocessos no país e a entrega de setores estratégicos à iniciativa privada.

“Somos radicalmente contra à privatização da água e do saneamento no país e ao fim do subsídio cruzado e das tarifas

sociais”, afirma José Maria. “Só com o saneamento como responsabilidade do Estado atingiremos a universalização e garantiremos o acesso dos mais pobres aos serviços, que são essenciais à saúde da população.”

ATENÇÃO REDOBRADA

Embora a ameaça de desestruturação do setor de saneamento tenha sido afastada, pelo menos momentaneamente, com a derrota da MP, o risco de privatização dos serviços de água e esgoto ainda é enorme, principalmente da Copasa, com a troca de comando nos governos federal e estadual, em 1º de janeiro.

Afinal, o presidente e o governador eleitos, ambos de perfil assumidamente neoliberal, defendem abertamente a entrega das empresas estatais à iniciativa privada, o que exigirá atenção redobrada dos defensores da universalização do saneamento básico contra as manobras dos privatistas de plantão. A privatização do setor acarretaria o aumento do valor das tarifas e das desigualdades sociais e regionais no país.



NOVEMBRO

MÊS DA CONSCIÊNCIA NEGRA

Basta de Racismo no Trabalho e na vida

Povo negro acende sinal de alerta com ameaça de novos retrocessos

Mobilização, resistência e luta serão bandeiras fundamentais à população negra brasileira para impedir retrocessos nas políticas públicas de combate ao preconceito e ao racismo e na construção de uma sociedade com igualdade racial, caso o presidente eleito Jair Bolsonaro coloque em prática as propostas que vêm sendo alardeadas durante o período de transição para o “novo” governo, que começa no dia 1º de janeiro de 2019.

A interação entre o atual presidente e o eleito é total, comprovando que a gestão Bolsonaro vai ampliar os retrocessos impostos pelo governo Temer, que destruiu direitos da classe trabalhadora e do povo brasileiro, com a reforma trabalhista, a terceirização sem limite e o congelamento dos investimentos públicos nas áreas sociais por 20 anos.

Bolsonaro se posiciona abertamente como representante das elites e do empresariado ávido pelo lucro a qualquer custo. Já anunciou que a prioridade de seu governo é a reforma da Previdência, defendeu inúmeras vezes o fim das cotas raciais nas universidades e nos concursos públicos e ameaça acabar com o Ministério do Trabalho. São medidas que atingem duramente a população brasileira, sobretudo o povo negro.

Diante desse trágico cenário que se avizinha, o novembro negro, simbolizado pelo Dia Nacional da Consciência Negra (dia 20), transforma-se, mais uma vez, em momento de reflexão e reação às severas ameaças aos direitos duramente conquistados em séculos de luta do povo

NA COPASA

A Copasa é um reflexo da situação atual da desigualdade racial no Brasil, e o SINDÁGUA se mantém mobilizado na luta para modificar essa realidade. De acordo com dados de 2017, o número de trabalhadores negros pouco mudou em relação ao ano anterior. Dos 11.262 trabalhadores da empresa, 5.054 são negros, ou 44,88% (em 2016, eram 44,84%), mas a maioria recebe os menores salários. Em 2017, 4.018 trabalhadores negros recebiam de 1 a 4 salários mínimos (ou seja, 79,5% dos negros que trabalham na empresa), e 833, de 5 a 9 salários mínimos (16,4%).

No entanto, somente 17,96% dos cargos de chefia são ocupados por negros.

negro pela igualdade e liberdade.

Segundo dados da Secretaria de Políticas para Programação da Igualdade Racial (Seppir), entre 2012 e 2015, cerca de 150 mil estudantes negros entraram nas universidades federais por meio das políticas de cotas. Dados oferecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego, referentes a 2016, mostram que a população negra ocupa a maioria dos postos de trabalho com baixa qualificação, que exigem ensino médio, enquanto a população branca ocupa a maioria das vagas com formação de nível superior. Isso demonstra que uma diminuição na política de cotas vai ter como resultado o aumento da desigualdade racial.

Além do fim da política de cotas, outras propostas do “novo” governo atingem diretamente a população negra, como o “excludente de ilicitude”, que dá “carta branca para PM matar”, garantindo automaticamente aos policiais civis e militares o instrumento da legítima defesa. No Brasil, as principais vítimas das ações policiais são homens, negros e pobres, e muitas dessas mortes são decorrentes de ódio racial.

A derrubada do estatuto do desarmamento, para ampliar o porte de arma por “cidadãos de bem”, sob a alegação de que é fórmula para reduzir a violência, também atinge a questão racial. Num país em que são registrados mais 60 mil homicídios por ano, os jovens negros são as principais vítimas de homicídio por arma de fogo. Além disso, maior acesso às armas poderá aumentar o número de feminicídios, que têm as mulheres negras como as maiores vítimas.

